



REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

ORGÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO
EDITADO PELO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO
(Decreto-lei n. 1.870, de 14 de dezembro de 1939)

ANO XXIII

SETEMBRO - 1960

VOL. 88 - N. 3

SUMÁRIO

EDITORIAL	Págs.
A Lei n.º 3.780, de 1960, e as funções gratificadas.....	215
FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO	
Aspectos Administrativos da problemática da exportação — George Landau — Monografia premiada em 3.º lugar no Concurso instituído pelo Serviço de Documentação do D. A. S. P.	217
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
Reorganização Geral do Serviço de Documentação do Estado da Guanabara — Araújo Cavalcanti	234
INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	
O ensino superior das Ciências Administrativas.....	243
DOCUMENTÁRIO	
Plano Nacional de Obras, Empreendimentos e Serviços Municipais — Projeto n.º 4.614/54 — Senador Jarbas Maranhão.....	256

DIREITO E JURISPRUDÊNCIA

PARECERES

Págs.

Consultor Jurídico do D. A. S. P.

- Nomeação para cargo público federal de deputado estadual. Proibição do art. 14, n.º I, alínea b, da Constituição do Pará, que reproduz igual norma do art. 48, n.º I alínea b, da Constituição Federal. Conseqüências da aceitação da investidura em cargo público do Poder Executivo 296
- Centro Pan-Americano de Febre Aftosa — organismo misto de cooperação internacional. Inaplicabilidade a esse pessoal do disposto nos artigos 1.º (caput) e 2.º da Lei n.º 3.483, de 1958. 297
- Reversão de funcionário do I. A. P. I. declarado avulso na forma do Regulamento dessa autarquia. Interpretação do art. 252, n.º II, do Estatuto dos Funcionários. Prioridade das normas do citado Regulamento, complemento direto e necessário da Lei n.º 367, de 1936, que criou aquele Instituto 298

ACÓRDAOS

Supremo Tribunal Federal

- O domicílio eleitoral do funcionário público é o seu domicílio civil. Não se aplica a funcionário público a faculdade de optar por uma outra residência, para efeito do alistamento eleitoral. 300
- O diploma de curso orfeônico expedido por qualquer escola reconhecida é válido, não constituindo a expedição desse título privilégio do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico. 301
- Os coletores federais não fazem jus à percepção de comissão nas cotas compulsórias da Petrobrás 302
- Não se estende às autarquias o privilégio de que goza a Fazenda Pública, quando condenada, no tocante à contagem de juros de mora. 303

Tribunal de Justiça

- Só o Tribunal Pleno pode decidir da inconstitucionalidade de uma lei. 306
- O imposto de transação sobre cessão de promessa de venda de imóvel é inconstitucional 306
- É de cento e vinte dias, a contar do ato incriminado, o prazo para impetração do mandado de segurança 306

NOTAS

- Primeiro Seminário Latino-americano de Bibliografia. 308
- Independência para o incapacitado físico através da reabilitação vocacional — Prof. Ladislau Pôrto e Dr.ª Sara Erlich. 310
- Insubsistente a tese de um conceito federal de desenvolvimento da comunidade — Yves de Oliveira. 324
- Publicações recebidas 326
- Colaboram neste número 327